

• Nacional

29 ABR 1991

POLÍTICA ECONÔMICA

Governo tentará reativação da economia sem causar pressões sobre a inflação

por Claudia Safatle
de Brasília

Se a economia se comportar como deseja o governo, ainda será possível reverter a queda do nível de atividade e chegar ao final do ano com um crescimento moderado, algo em torno de 3%. A taxa de inflação mensal tenderia a estabilizar-se no patamar de 6% aproximadamente ao mês e a balança comercial brasileira encerraria o exercício com um superávit bastante superior aos US\$ 11 bilhões do ano passado. A expectativa é de um saldo positivo na conta de comércio de, no mínimo, US\$ 14 bilhões. Certamente, será superior a isso.

Na avaliação do secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Antonio Kandir, hoje os indicadores macroeconômicos são bastante razoáveis, há um clima de tensão entre os empresários, porque esperavam uma política mais liberal para os preços, que não veio, e eles ainda têm que conviver com uma demanda bastante acomodada. "Estou confiante", disse ele a este jornal. Ciente, porém, de que não há mais espaços para operar com políticas de redução brusca da inflação.

Otimista, dentro das possibilidades reais, Kandir acha que não deve ocorrer, de agora em diante, uma redução adicional da produção. A economia teria, assim, chegado ao fundo do poço. A tendência seria buscar-se uma inversão, gradual, no cenário de queda de atividade produtiva. Paralelamente, não haverá hipótese de reaquecimento da demanda. E para evitar isso, algumas medidas foram deliberadamente tomadas para reduzir os cruzeiros disponíveis dos orçamentos familiares: a quitação do saldo devedor dos imóveis, a elevação rápida nas prestações do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e os reajustes dos aluguéis. "Isso foi objetivamente planejado", explicou.

O sistema de flexibilização dos preços, através das câmaras setoriais, tenderia a estabelecer uma coordenação das expectativas inflacionárias, não provocando choques na economia. Na mesma direção, de evitar choques de preços,

de ofertas ou mesmo um choque cambial, estariam sendo conduzidas as políticas de geração de superávit comercial pela reintrodução dos financiamentos às exportações, e uma política agrícola, que está sendo preparada "onde pretendemos entrar pesado na formação de estoques reguladores e na disponibilidade de crédito de custeio para a safra que começa a ser plantada no segundo semestre". Ele não quis fornecer mais detalhes sobre a direção da política agrícola.

Se essas ações evitam choques nos preços, o que funcionaria como vetor para a efetiva redução das taxas de inflação, na opinião de Kandir, seria a administração da austeridade monetária e fiscal.

As metas fiscais para este ano ainda serão objeto de negociação com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A intenção, a priori, é estabelecer como meta um número melhor que o equilíbrio das contas públicas. A ministra da Economia, segundo revelaram fontes oficiais, teria pedido ao secretário de Fazenda e ao secretário de Planejamento que buscassem nos orçamentos públicos "um esforço fiscal adicional", ainda para este ano.

Com a decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Sydney Sanches, sobre a continuidade do bloqueio dos cruzados novos, a equipe econômica respirou aliviada. Com isso, considerou Kandir, o STF jogou "água fria" na liberação dos cruzados novos retidos no Banco Central (BC), eliminando uma possibilidade de choque de demanda.

É com uma administração diária para evitar pressões inflacionárias, de um lado, e com um cronograma de projetos de lei para garantir reformas estruturais, de outro, que a equipe econômica pretende manejar a política econômica ao longo deste ano.

Não será difícil reverter a atividade econômica de uma recessão importante para uma ligeira recuperação do nível de atividade a partir do segundo semestre deste ano, até porque a base de comparação é a performance do PIB no ano passado, quando a queda foi de 4,6%.